



A V I S O Nº 008/2013 – PGJ.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141/96, tendo em vista a iminente vacância do Cargo de **Diretor de Tecnologia da Informação** do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN), e

CONSIDERANDO a necessidade do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte utilizar as ferramentas de gestão de pessoas, sobretudo a seleção, no sentido da elevação da eficiência e eficácia dos seus serviços;

CONSIDERANDO o modelo de gestão de pessoas adotado pela Procuradoria-Geral de Justiça, fundamentado nos princípios da impessoalidade e publicidade;

CONSIDERANDO a necessidade de valorização da força de trabalho da instituição e a importância de estabelecer critérios objetivos e meritocráticos para ocupação dos cargos de provimento em comissão na Procuradoria Geral de Justiça;

CONSIDERANDO que a seleção é um instrumento democrático para preenchimento de cargos no MPRN, e tem se mostrado como um recurso eficaz na seleção de pessoal com base no perfil e competências necessárias para ocupação do cargo;

E, finalmente, CONSIDERANDO que o Pannel de Talentos deste *Parquet* dispõe de profissionais com grande potencialidade para o exercício do cargo vago,

Informa que se encontra aberta a seleção para o cargo de **Diretor de Tecnologia da Informação**, de provimento em comissão, conforme perfil profissional constante do anexo único deste aviso.

O processo seletivo compõe-se das seguintes etapas: análise dos currículos, entrevistas técnicas e comportamentais e submissão do(s) candidato(s) pré-selecionado(s) ao Procurador-Geral de Justiça para nomeação.

O recebimento de currículos ocorrerá no período de 20 a 26 de junho de 2013, das 8h às 17h (de segunda à quinta-feira) e das 8h às 14h (às sextas-feiras), no setor de Protocolo da Procuradoria Geral de Justiça, localizada à R. Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária (ponto de referência: rua situada em frente ao Condomínio residencial *Green Village*, na Av. Jaguarari). Telefone (84) 3232-4558/7138 (das 8h às 17h).

Após a triagem e análise dos currículos recebidos, os candidatos que estiverem consonantes com o perfil definido serão encaminhados à entrevista comportamental conduzida pela Gerência de Desenvolvimento Humano, de caráter eliminatório que ocorrerá entre os dias 01 e 04 de julho de 2013.

Os candidatos pré-selecionados serão encaminhados ao gestor da área, que procederá à entrevista técnica e encaminhará os nomes daqueles que forem aprovados nesta etapa para definição final e nomeação do Procurador-Geral de Justiça, através de Resolução a ser publicada no Diário Oficial do Estado (D.O.E) até o dia 05 de julho de 2013.

Os candidatos selecionados terão o prazo de cinco dias úteis, a contar da data da publicação no D.O.E. para providenciar os documentos necessários para a posse e se apresentar à Diretoria de Gestão de Pessoas, na Procuradoria Geral de Justiça. A relação dos documentos e exames necessários encontra-se disponível no site www.mp.rn.gov.br, na seção concurso/cargo comissionado: assistente ministerial e gestor público.

Natal/RN, 19 de junho de 2013

RINALDO REIS LIMA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO ÚNICO

Cargo	Diretor de Tecnologia da Informação
Chefia imediata	Diretor-Geral
Lotação	Sede da Procuradoria-Geral de Justiça
Descrição sumária Planejar, elaborar, propor, dirigir e acompanhar as políticas e diretrizes da tecnologia da Informação, alinhadas às políticas de segurança da informação da Instituição; Dirigir e coordenar a implantação da governança de Tecnologia da Informação; Dirigir e coordenar o processo de aquisição de soluções tecnológicas; Acompanhar e controlar a satisfação dos usuários dos serviços oferecidos pela Tecnologia da Informação; Estudar, avaliar, propor e implantar inovações tecnológicas dentro da Instituição que vise a melhorar o atendimento das demandas presentes e futuras e/ou a redução dos custos operacionais; Mapear as demandas de tecnologia da informação reprimidas da Instituição e futuras demandas; Gerenciar certificados digitais de uso pessoal dentro da Instituição; Propor programa de capacitação profissional para o corpo técnico de sua unidade; Articular-se junto aos organismos públicos e privados para a realização de estudos, pesquisas, troca de informações, bem como elaboração de projetos especiais, compatíveis com o planejamento estratégico da Instituição para a tecnologia da informação; Elaborar o planejamento orçamentário de sua unidade para subsidiar o planejamento institucional; Participar do planejamento, execução e avaliação de planos, projetos, programas e pesquisas da administração superior da Instituição; Elaborar relatório anual referente às suas atividades, o qual deverá ser enviado à Administração até o dia 15 de janeiro do ano subsequente para subsidiar o Relatório Anual das Atividades do MPRN; Dirigir e coordenar a elaboração dos planos operacionais de suas unidades subordinadas; Dirigir as atividades realizadas pelas unidades subordinadas promovendo a articulação e integração destas aos planos e diretrizes estratégicos estabelecidos pela Instituição; Realizar estudos e pesquisas exploratórios visando a aperfeiçoar sistemas e métodos de trabalho da tecnologia da informação; Cumprir os objetivos e metas definidos pelo planejamento estratégico da Instituição; Articular-se junto às demais unidades para prestar informações e apoio técnico sobre a tecnologia da informação Estar alinhado com as políticas estratégicas da Instituição Gerir os contratos administrativos e convênios vinculados à sua unidade; Acompanhar a elaboração dos Termos de Referência para aquisição de bens ou serviços relacionados à sua área de atuação; Elaborar os atos administrativos relacionados à sua unidade; Desempenhar outras atividades correlatas à sua área que lhe forem delegadas por chefia imediata ou institucional.	
Requisitos para investidura no cargo Nível superior em Tecnologia da Informação, preferencialmente, com pós-graduação na área específica; Desejável conhecimento em gestão de projetos; governança de TI; administração pública; ITIL; COBIT; segurança da informação. Desejável experiência em gestão de processos; gestão de equipes e gestão de projetos.	
Carga horária 40 horas semanais.	

O ocupante de cargo de provimento em comissão ou função de direção ou chefia fica sujeito a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da instituição, consoante parágrafo único do artigo 19, da Lei Complementar 122, de 30 de junho de 1994.

Remuneração do cargo

R\$ 7.528,50 + benefícios (auxílio alimentação e auxílio saúde).

Observação

Este cargo classifica-se como *público de provimento em comissão*, de livre nomeação e exoneração pelo Procurador Geral de Justiça.

O currículo deve ser apresentado em folha A4, sem encadernação, pasta ou envelope. Não há necessidade de apresentar documentos comprobatórios no ato da entrega do currículo.

Importante apresentar currículo com duas referências e os respectivos telefones para contato.